

GABINETE DA VEREADORA THAYSA LIPPY

PROJETO DE LEI N. 586/2023


CONSIDERA de Utilidade Pública o
INSTITUTO JOSÉ DE ARIMATÉIA.

Art. 1º. Fica considerado de Utilidade Pública o INSTITUTO JOSÉ DE ARIMATÉIA, associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, CNPJ 35.911.777/0001-92, com sede e foro na cidade de Manaus, na R COMANDANTE NATHANAEL ALBUQUERQUE, nº 277, Conjunto Santos Dumont, Bairro Da Paz, CEP 69.049-090 e registrado em 24/05/2019.

Art. 2º. A Utilidade Pública prevista no artigo anterior aplica-se, no que couber, no âmbito do município de Manaus, responsabilizando-se a Prefeitura de Manaus pelas providências necessárias ao cumprimento da presente legislação.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Manaus/AM, 06 de outubro de 2023.



Thaysa Lippy
Vereadora/PP

GABINETE DA VEREADORA THAYSA LIPPY

JUSTIFICATIVA

O INSTITUTO JOSÉ DE ARIMATÉIA, também designada por INJOARI, foi fundado com finalidade de desenvolver atividades de assistências sociais a população em risco de vulnerabilidade social nas diferentes áreas geográfica da cidade de Manaus, principalmente nas áreas periféricas, com incidências as ausências de política publicas destinadas a atenção à saúde humana, assistência a pessoas com necessidades especiais e afins.

Fundado em 11/10/2022, com endereço da sede social sito a Rua Comandante Nathanael Albuquerque nº 277 – Conjunto Santo Dumont, CEP: 69.040-090 no bairro da Paz, em Manaus-AM.

Com a finalidade de proporcionar ações de Caráter social, educacional, profissionalizante e cultural, destinando-se a conscientização assistências e amparo as crianças, jovens, adolescentes, mulheres, adultos, idosos como também as famílias independentes de: raça, religião, classe social, e/ou cultural, proporcionando proteção e assistência, educação, saúde, desemprego, combate a fome, e a pobreza, meio ambiente, preocupado com os aspectos políticos, econômicos, sociais, emocionais, sexuais, biológicos e culturais na sociedade, exercendo a cidadania consciente, onde temos em torno de 200 – famílias cadastradas, através de uma ficha social.

O Instituto possui as seguintes metas:

- Execução de programas de qualificação profissional, cultural e educacional das crianças, adolescentes, jovens, adultos e integração da família;
- Promoção à geração de trabalho e renda comunitária, através do ensino de praticas produtivas, cooperativistas e associativas de valor da cultura e/ou econômico;

GABINETE DA VEREADORA THAYSA LIPPY

- Elaboração de projetos de incentivo e praticas esportivas extensivas a todas as classes: crianças. Jovens, adolescentes e a família;
- Elaborar, publicar e distribuir material informativo consciente a finalidade do instituto;
- Organizar, participar e promover atividades educacionais: orientação sexual com finalidade de higiene, preservação de gravidez na adolescência, e a conscientização do pré-natal e os cuidados necessários com os primeiros anos de vida da criança;
- Promoção gratuita da educação e da saúde, incluindo a prevenção de HIV, AIDS, DST, HEPATITE, no combate as drogas e a dengue, através de palestras na sede do instituto, nas escolas como também com outras organizações com objetivos similares;

Também desempenha as seguintes atividades:


- Campanhas assistenciais a família de baixa renda;
- Assistências emergenciais as pessoas que romperam seus vínculos familiar, envolvidas com drogas, alcoolismo e morador de rua;
- Psicoterapia: através de parcerias com entidades governamentais ou não governamentais;
- Bazar permanente: realizados por pessoas filiadas ao instituto ou não, vendas de produtos de artesanato produzidos por fabricação própria, aberto também a comunidade;

GABINETE DA VEREADORA THAYSA LIPPY

- Eventos comemorativos: Dia internacional da Mulher, Dia das mães, dia dos pais, dia das crianças, natal, com a finalidade de integração com a comunidade, família e instituto.
- Oficinas de: Teatro dança arte cinema, artesanato e culinária, visando estimular sua autonomia promovendo sua inserção no meio social, com a visão produtiva do potencial de cada um participante. ,

O INSTITUTO JOSÉ DE ARIMATÉIA - INJOARI, atualmente possui ativamente de um quadro de profissionais formados por: (Coordenador de Projetos, Assistente Social, Psicólogo, Serviços Gerais, Cozinheira, Auxiliar e Atendente de Recepção

Manaus/AM, 06 de outubro de 2023.



Thaysa Lippy
Vereadora/PP

GABINETE DA VEREADORA THAYSA LIPPY

1º CARTÓRIO
RTD
MANAUS

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO AMAZONAS COMARCA DE MANAUS
**1º CARTÓRIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
E REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS**
Maria da Conceição Castro Lopes – Oficial
Av. Getúlio Vargas, 1149, Centro, Cep 69.020-011 – CNPJ 04.536.546/0001-12

CERTIDÃO

CERTIFICO em virtude das atribuições que por lei me são conferidas e a requerimento de parte interessada que revendo no arquivo do Cartório a meu cargo, deles verifiquei constar, Protocolado sob n.º 76.879 e averbado sob n.º 68.657 às folhas 37/40, do Livro "A", n.º 1299, de Pessoas Jurídicas, em 27.12.2022, a AVERBAÇÃO do NOVO ESTATUTO da organização religiosa que por este ato transforma sua natureza jurídica para Associação Civil de Direito Privado sem fins econômicos e passa a denominar-se **"INSTITUTO JOSÉ DE ARIMATEIA"**, também designada por **INJOARI**, com sede e foro jurídico na comarca de Manaus/AM, passando a localizar-se na Rua Comandante Nathanael Albuquerque, n.º 277, Conjunto Santos Dumont, Bairro da Paz - CEP 69.049-090. CERTIFICO mais que a supracitada Associação Civil tem a sua **PERSONALIDADE JURÍDICA** adquirida desde 24.05.2019, com o registro dos atos constitutivos, sob o número de ordem 54.096 do Livro "A", número 1003 de Registro Civil das Pessoas Jurídicas da comarca de Manaus/AM, com a então denominação **IGREJA EVANGÉLICA JESUS O CAMINHO - I.E.J.C.**. O referido é verdade; dou fé. Dada e passada nesta Cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, aos vinte e sete dias do mês de dezembro do ano dois mil e vinte e dois. Eu, *Abraham Soares Rodrigues*, Oficial Efetiva subscreve e assina – Selo Eletrônico de Fiscalização do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas. Data de utilização 27.12.2022. Emitido por Abraham Soares Rodrigues. Emol R\$ 152,24. Funjeam Extrajud. R\$ 22,85. Funjeam-RCPN-SD. R\$ 7,61. Selo Digital R\$ 3,00. ISSQN R\$ 7,61. Selo: AVBTIT004903612NKDCW749KTV53. Valide o selo em: cidadao.portalseioam.com.br

Manaus, 27 de dezembro de 2022.

CERTIDÃO
RTD/PJ
MANAUS / AM
Mª da Conceição C. Lopes
Oficial

Abraham Soares Rodrigues
Abraham Soares Rodrigues
Substituto

GABINETE DA VEREADORA THAYSA LIPPY



ESTATUTO DO INSTITUTO JOSÉ DE ARIMATÉIA - INJOARI

CAPÍTULO I
DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS

Art. 1º - Com o nome do **INSTITUTO JOSÉ DE ARIMATÉIA**, inscrito no CNPJ sob o nº **35.911.777/0001-92**, devidamente arquivado no Cartório de sua jurisdição no Livro nº A-1003, Protocolo: 00058248, fundada em 17/12/2017, registrada em 24/05/2019, sob número de Registro: 00054096. Por tempo indeterminado, tendo como sigla **INJOARI**. É uma Associação de Civil de Direito Privado, Filosófica, Assistência Social, Cultural, e sem fins lucrativos, com sede na Rua Comandante Nathanael Albuquerque, nº277, Conjunto Santos Dumont, Bairro: Da Paz, CEP 69.049-090, Manaus – Amazonas.

Art. 2º - O **INJOARI** tem por finalidade:

- I. promoção da assistência social;
- II. promoção gratuita da educação;
- III. promoção gratuita da saúde;
- IV. promoção do voluntariado;
- V. defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;
- VI. promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza;
- VII. promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;
- VIII. a experimentação, não lucrativas, de novos modelos sócios-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e renda;
- IX. promoção da segurança alimentar e nutricional;
- X. promoção da cultura, realizar, promover e executar eventos promocionais correlatos, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;
- XI. promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar;
- XII. estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam a respeito às atividades mencionadas neste artigo;
- XIII. estudos e pesquisas para o desenvolvimento, a disponibilização e a implementação de tecnologias voltadas à mobilidade de pessoas, por qualquer meio de transporte.

Parágrafo Único: Para os fins deste artigo, a dedicação às atividades nele previstas configura-se mediante a execução direta de projetos, programas, planos de ações correlatas, por meio de doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou ainda pela prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuem em áreas afins.



GABINETE DA VEREADORA THAYSA LIPPY



Art. 3º - O **INJOARI** não distribui entre os seus sócios e associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e os aplica integralmente na consecução do seu objetivo social.

Art. 4º - No desenvolvimento de suas atividades, o **INJOARI** observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência e não fará qualquer discriminação de raça, cor, gênero ou religião.

Art. 5º - Para cumprir seu propósito a entidade atuará por meio da execução direta de projetos, programas ou planos de ações, da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuam em áreas afins.

Art. 6º - O **INJOARI** disciplinará seu funcionamento por meio de Ordens Normativas, emitidas pela Assembleia Geral e Ordens Executivas, emitidas pela Diretoria.

Capítulo II

DOS ASSOCIADOS

Art. 7º - O **INJOARI** é constituído por número ilimitado de associados, distribuídos nas seguintes categorias:

- I. **FUNDADORES** – Aqueles que assinaram a ata da Assembleia de constituição;
- II. **COLABORADORES** – Os que prestam serviços à execução das atividades de forma voluntária e não remunerada.
- III. **BENEMÉRITOS** – Os que prestarem contribuições relevantes ou fornecerem valor em dinheiro ou imóveis à execução das atividades.

Parágrafo Único: A admissão e a exclusão dos associados é atribuição da Assembleia Geral.

Art. 8º - São direitos dos associados fundadores e colaboradores quites com suas obrigações sociais:

- I. Votar e ser votado para os cargos eletivos;
- II. Tomar parte nas Assembleias Gerais;
- III. Convocar a Assembleia Geral, por motivos relevantes, mediante requerimento assinado no mínimo por 1/5 (um quinto) dos associados fundadores e colaboradores.

Art. 9º - São deveres dos associados:

- I. cumprir as disposições estatutárias e regimentais;
- II. acatar as decisões da Diretoria;
- III. trabalhar em prol dos objetivos do **INJOARI**, respeitando os dispositivos estatutários, zelando pelo bom nome do **INJOARI** e agindo com ética em todas as situações;



GABINETE DA VEREADORA THAYSA LIPPY



- IV. defender integralmente o pleno exercício da cidadania, o direito de todos à educação, à saúde, e ao meio ambiente equilibrado, o respeito a todas as formas de vida, o respeito à liberdade de opinião, a diversidade sociocultural, a solidariedade, o diálogo entre os povos, a paz e os direitos das pessoas;
- V. pagar pontualmente a anuidade e demais contribuições, e participar de todas as atividades e eventos, estreitando os laços de fraternidade entre todos.

Parágrafo Único: O desligamento do associado só poderá se dar nas seguintes circunstâncias:

- I. desligamento voluntário do próprio associado;
- II. por decisão da Assembleia Geral, com maioria absoluta de votos garantindo o direito da ampla defesa, quando se verificar uma ou mais das seguintes situações:
 - a) grave violação deste Estatuto, outras normas regulamentadoras do **INJOARI** ou por decisão da Assembleia Geral ou da Diretoria Executiva;
 - b) deixar de pagar anuidade por 12 (doze) meses consecutivos;
 - c) ausentar-se, sem justificativa, por mais de três reuniões consecutivas, ou cinco aleatórias da Assembleia Geral, sendo elas ordinárias ou extraordinárias;
 - d) comportamento incompatível com os objetivos do **INJOARI**.

Art. 10º - Os associados não respondem subsidiariamente pelos encargos do **INJOARI**.

CAPÍTULO III

DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 11º - O **INJOARI** será administrado por:

- I. Assembleia Geral;
- II. Diretoria;
- III. Conselho Fiscal.

Art. 12º - O **INJOARI** não remunera, sob qualquer forma, os cargos de sua Diretoria e do Conselho Fiscal, cujas atuações são integralmente gratuitas.

Parágrafo Único: Nos projetos, contratos ou convênios, que exija dedicação exclusiva de algum membro da Diretoria ou associado, a Diretoria Executiva poderá fixar um auxílio de custo dentro do orçamento do projeto ou instrumento correspondente, desde que haja disponibilidade de recursos, sem onerar a sociedade, respeitada a habilidade profissional do associado.

Art. 13º - A Assembleia Geral, órgão soberano do **INJOARI**, se constituirá dos associados em pleno gozo de seus direitos estatutários.



GABINETE DA VEREADORA THAYSA LIPPY



Art. 14º - Compete a Assembleia Geral:

- I. eleger e destituir a Diretoria e Conselho Fiscal, mediante convocação específica para este fim, em caso de prática de atos idôneos, violação de normas legais ou estatutárias ou agir de modo negligente ou desidioso, garantindo-lhe o direito à ampla defesa;
- II. decidir sobre as reformas do Estatuto, na forma do **art. 34**;
- III. decidir sobre a extinção do **INJOARI**, nos termos do **art. 33**;
- IV. decidir sobre a conveniência de alienar, transigir, hipotecar ou permutar bens patrimoniais;
- V. emitir Ordens Normativas para funcionamento interno do **INJOARI**;
- VI. propor e aprovar a admissão de novos associados;
- VII. estabelecer o montante da anuidade dos associado;
- VIII. receber, propor, discutir e aprovar, no início do exercício financeiro, a programação e o orçamento do **INJOARI**, bem como fiscalizar sua execução e manifestar-se sobre eventuais alterações.

Parágrafo Primeiro: Nos casos previstos nos incisos acima será necessário o voto concorde de 2/3 (dois terços) dos membros da Assembleia Geral, em primeira convocação, nas convocações seguintes 1/3 (um terço) dos membros, nunca inferior ao quórum de 1/5 (um quinto) dos membros quites com suas obrigações sociais.

Parágrafo segundo: A Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, serão eleitos pela Assembleia Geral a cada cinco anos pelos os Associados, por voto direto, em Assembleia Geral convocada para esse fim, podendo compor chapa todos os Associados quites com suas obrigações estatutárias, sendo os trabalhos eleitorais organizados por uma comissão indicada pela Diretoria e aprovada pela Assembleia Geral.

Art. 15º - A Assembleia Geral se realizará, ordinariamente, uma vez por ano para:

- I. aprovar a proposta de programação anual do **INJOARI**, submetida pela diretoria;
- II. apreciar o relatório anual da Diretoria;
- III. discutir e homologar as contas e o balanço aprovado pelo Conselho Fiscal;
- IV. referendar o ingresso de novos Associados.

Art. 16º - A Assembleia Geral se realizará, extraordinariamente, quando convocada:

- I. por qualquer membro da Diretoria;
- II. pelo Conselho Fiscal;
- III. por requerimento de 1/5 (um quinto) dos associados quites com as obrigações sociais.

Art. 17º - A convocação da Assembleia Geral será feita por meio de edital afixado na sede do **INJOARI** e/ou publicado na imprensa local, por circulares ou outros meios convenientes, com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

Parágrafo Único: Qualquer Assembleia se instalará em primeira convocação com 2/3 (dois terços) dos membros e, em segunda convocação, 1/3 (um terço) dos membros, nunca inferior ao quórum de 1/5 (um quinto) dos membros quites com suas obrigações sociais.



GABINETE DA VEREADORA THAYSA LIPPY



Art. 18º - O **INJOARI** adotará práticas de gestão administrativa, necessárias e eficientes, a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios e vantagens pessoais, em decorrência da participação nos processos decisórios.

Art. 19º - A Diretoria é o órgão da administração do **INJOARI** e é por sua vez, constituído por 04 (quatro) membros que são: um Presidente, Vice-Presidente, Secretário (a) tesoureiro (a).

Parágrafo Único: O mandato da Diretoria será de 05 anos.

Art. 20º - Compete à Diretoria:

- I. elaborar e submeter à Assembleia Geral a proposta de programação anual do **INJOARI**;
- II. executar a programação anual de atividades do **INJOARI**;
- III. elaborar e apresentar à Assembleia Geral, o relatório anual;
- IV. reunir-se com instituições públicas e privadas para mútua colaboração em atividades de interesse comum;
- V. contratar e demitir funcionários;
- VI. regulamentar as Ordens Normativas da Assembleia Geral e emitir Ordens Executivas para disciplinar o funcionamento interno do **INJOARI**.

Art. 21º - A Diretoria se reunirá no máximo a cada 4 meses.

Art. 22º - Compete ao Presidente:

- I. representar o **INJOARI** judicial e extrajudicialmente;
- II. cumprir e fazer cumprir este Estatuto;
- III. presidir a Assembleia Geral;
- IV. convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- V. orientar e supervisionar a execução de todos os serviços realizados pelo **INJOARI** e coordenar as atividades da Diretoria;
- VI. visar contas, autorizar aplicações financeiras, pagamentos e despesas, com estrita observância do orçamento;
- VII. assinar juntamente com o (a) tesoureiro (a), ordem de pagamento e quaisquer outros documentos para levantamento de fundos;
- VIII. abrir, movimentar, encerrar conta bancária e assinar cheques com o (a) Tesoureiro (a);
- IX. assinar livros de ata e de escrituração contábil;
- X. firmar convênios, ajuste ou contrato com pessoas físicas, empresas privadas, nacionais e multinacionais, bem como, com órgãos públicos de interesse do **INJOARI**;
- XI. resolver os casos urgentes e omissos, submetendo-os posteriormente a ratificação da Assembleia Geral.

Art. 23º - Compete ao vice-presidente:

- I. substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos;
- II. assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término;
- III. prestar, de modo geral, a sua colaboração o **INJOARI**.



GABINETE DA VEREADORA THAYSA LIPPY



Art. 24º - Compete ao secretário (a):

- I. secretariar as reuniões da Diretoria e Assembleia Geral e redigir as atas;
- II. publicar todas as notícias das atividades do **INJOARI**.

Art. 25º - Compete ao tesoureiro (a):

- I. arrecadar e contabilizar as contribuições dos membros, rendas, auxílios e donativos, mantendo em dia a escrituração;
- II. pagar as contas autorizadas pelo presidente;
- III. apresentar relatório de receita e despesa, sempre que forem solicitados;
- IV. apresentar o relatório financeiro para ser submetido à Assembleia Geral;
- V. conservar, sob sua guarda e responsabilidade, os documentos relativos à tesouraria;
- VI. abrir, movimentar, encerrar conta bancária e assinar cheques com o (a) Presidente;
- VII. assinar juntamente com o (a) Presidente, ordem de pagamento e quaisquer outros documentos para levantamento de fundos.

Art. 26º - O conselho fiscal será constituído por 3 (três) membros e 1 (um) suplente eleito pela Assembleia geral.

Parágrafo Primeiro: o mandato do conselho fiscal será coincidente com o mandato da diretoria.

Parágrafo Segundo: Em caso de vacância, o mandato será assumido pelo respectivo suplente, até o término.

Art. 27º - Compete ao conselho fiscal:

- I. examinar os livros de escrituração do **INJOARI**;
- II. opinar sobre os balanços e relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da entidade;
- III. requisitar ao tesoureiro, a qualquer tempo, documentação comprobatória das operações econômicas-financeiras realizadas pelo **INJOARI**;
- IV. convocar extraordinariamente a Assembleia Geral

Parágrafo Único – O Conselho Fiscal se reunirá ordinariamente a cada 2 (dois) meses e, extraordinariamente sempre que necessário.

CAPÍTULO IV

DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 28º - Os recursos financeiros necessários à manutenção do **INJOARI** poderão ser obtidos:



GABINETE DA VEREADORA THAYSA LIPPY

RCPJ - REGISTRO CIVIL DAS
PESSOAS JURÍDICAS
Manaus - Amazonas
REGISTRADO

- I. termo de parceria, convênios e Contratos firmados com o Poder Público para financiamento de projetos na sua área de atuação;
- II. contratos e acordos firmados com empresas e agências nacionais e internacionais;
- III. doações, legados e heranças;
- IV. rendimento de ampliação de seus ativos financeiros e outros, pertinentes ao patrimônio sob sua administração.

CAPÍTULO V

DO PATRIMÔNIO

Art. 29º - O patrimônio do **INJOARI** será constituído de bens móveis, imóveis, veículos semoventes, ações e títulos da dívida pública.

Art. 30º - A previsão de que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido ser transferido à outra pessoa jurídica qualificada nos termos da lei nº 9.790/99, preferencialmente que tenha o mesmo objetivo social da extinta.

Art. 31º - A previsão de que, na hipótese do **INJOARI** perder a qualificação instituída pelo art. 2º, o respectivo acervo patrimônio disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que perdurou aquela qualificação, será transferido à outra pessoa jurídica qualificada nos termos do art. 2º, preferencialmente que tenha o mesmo objetivo social.

Capítulo VI

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 32º - A prestação de contas do **INJOARI** observará no mínimo:

- I. os princípios fundamentais de contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade;
- II. publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluído as certidões negativas de débitos junto ao **INSS** e ao **FGTS**, colocando-os a disposições para disposições exame de qualquer cidadão;
- III. realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto do termo de parceria conforme previsto em regulamento;
- IV. a prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidas pelas **Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público** será feita conforme determinado o parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal.



GABINETE DA VEREADORA THAYSA LIPPY

RCPJ - REGISTRO CIVIL DAS
PESSOAS JURÍDICAS
Manaus - Amazonas
REGISTRADO

Capítulo VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS


Art. 33º - O INJOARI será dissolvido por decisão da Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para esse fim, quando se torna impossível a continuação de suas atividades.

Art. 34º - O presente Estatuto poderá ser reformado, a qualquer tempo, por decisão da maioria absoluta dos associados, em Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim, e entrará em vigor na data de seu registro em cartório.

Art. 35º - Os casos omissos serão resolvidos pela diretoria e referendados pela Assembleia Geral.

Manaus/AM 11 de outubro de 2022.


Presidente: Ana Paula Pereira da Fonseca
CPF: 792.000.012-20 RG: 1877561-6


Advogado (a) nº OAB

Graciete de Abreu Corrêa
Advogada
OAB-AM 3 412



Graciete de Abreu Corrêa
Advogada
OAB-AM 3 412



CÂMARA MUNICIPAL DE
Manaus



GABINETE DA VEREADORA THAYSA LIPPY



IRTOPJAM
INSTITUTO DE REGISTRADORES DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS DO AMAZONAS

TERMO DEFERIMENTO CNPJ

A Solicitação para Alteração da pessoa jurídica INSTITUTO JOSE DE ARIMATEIA - INJOARI cujo recibo é AM15886944 e o identificador 35911777000192 foi analisada com sucesso. A Alteração para o CNPJ 35.911.777/0001-92 foi realizada com sucesso pelo Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas Manaus - AM com o número de registro:

NRC: 004903PJ00054096-31

Para emitir o Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral, vá no site da Receita Federal (www.receita.fazenda.gov.br) ou digite o link abaixo:

http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/CNPJ/cnpjreva/Cnpjreva_Solicitacao.asp



35911777000192



004903PJ0005409631

GABINETE DA VEREADORA THAYSA LIPPY



Lista de membros da Assembleia Geral do Instituto José de Arimatéia - INJOARI, realizada no dia 11 de outubro de 2022, na Rua Comandante Nathanael Albuquerque, nº277, Conjunto Santos Dumont, Bairro: Da Paz, CEP 69.049-090, nesta cidade de Manaus do Estado do Amazonas.

- 1 Jaqueline da Silva e Silva
- 2 Adriana Aguiar dos Santos
- 3 Heitor Paulo Ribeiro Neto
- 4 Ana Lúcia da Silva Fente
- 5 Esiquiel Sampaio da Silva
- 6 Walter da Silva Santos
- 7 Sandriete Sampaio Souza
- 8 Rayssa Emanuelle Alves da Silva
- 9 Wendel Mackenxi Duenroz Cavalcante
- 10 Marina dos Anjos Carvalho da Rocha
- 11 Duelen Rocha Lima
- 12 Helian Cardoso da Silva
- 13 Alina do Socorro da Costa P. Lima
- 14 Joana da Silva Silva
- 15 Thiago dos Reis dos Santos
- 16 Germana Pereira de Coelho
- 17 Walter Guilherme dos Santos Neves
- 18 Marcos da Silva Fente
- 19 Eden Cristine Rocha Lima
- 20 Charlison Wilkens de Oliveira
- 21 Delcírio Pereira de Sá
- 22 Robson José Ramos dos Santos
- 23 Antonio Luciano Gasparini de Figueiredo
- 24 Zezé dos Santos Cavalcante
- 25 Almeida Oliveira dos Reis

GABINETE DA VEREADORA THAYSA LIPPY

RCPJ - REGISTRO CIVIL DAS
PESSOAS JURÍDICAS
MANAUS-AMAZONAS
REGISTRADO

- 26 Elena Raimunda Nunes Barbosa.
- 27 Renato Oliveira de Brito
- 28 Guilherme Patrício Lopes da Silva
- 29 Alvaro Batista Vianna
- 30 ANTONIO JOSE PEREIRA SOUZA
- 31 Adunizio Ruiz de Azevedo.
- 32 Gabriel Nunes Barbosa
- 33 Lizmila Luismar Rodriguez Arteaga
- 34 Kellen Rocha Lima
- 35 Jones dos Santos P.
- 36 João Pedro Rocha Lima
- 37 Vitor Gabriel Pinheiro de Souza
- 38 Maria Eduarda Lima Fernandes
- 39 Bianca Thiana Albuquerque
- 40 Diego Simon Luiz Mardego
- 41 WILLIANE DE SOUZA LIMA
- 42 Marcelo Gomes dos Santos
- 43 Leandro dos Reis dos Santos
- 44 Clarissa Coelho Oliveira
- 45 Antônio Carlos Mendes Araújo
- 46 William Rodrigues Coelho
- 47 Wlton dos Santos
- 48 Edelza Freitas da Silva
- 49 Carla Paula Sousa de Silva
- 50 WILLIAM DE SOUZA FONTE

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS
JURÍDICAS - MANAUS/AM
VINCULADO
Reg. nº 68650 Un. nº 1299



Rua Padre Agostinho Caballero Martin, 850 – São Raimundo
Manaus – AM / CEP: 69027-020
Tel.: 3303-xxxx
www.cmm.am.gov.br

GABINETE DA VEREADORA THAYSA LIPPY



encerrada a sessão, pelo que lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada foi assinada pela presidente, e por mim secretária, e os demais membros que assinaram a ata da Assembleia da Igreja Evangélica Jesus é o Caminho.

José Emilio B. de Souza
José Emilio Bentes de Souza
(Presidente da Assembleia)

Aldenizia Ruiz de Azevedo
Aldenizia Ruiz de Azevedo
(Secretária da Assembleia)

DIRETORIA ELEITA E CONSELHO FISCAL

Ana Paula Pereira da Fonseca
Ana Paula Pereira da Fonseca
Presidente

José Arimatéia Raimundo de Lima
José Arimatéia Raimundo de Lima
Vice-Presidente

Elena Raimunda Nunes Barbosa
Elena Raimunda Nunes Barbosa
Tesoureiro (a)

Aldenizia Ruiz de Azevedo
Aldenizia Ruiz de Azevedo
Secretário (a)

CONSELHO FISCAL

1º Conselheiro (a) Carlos André Moreno dos Santos

2º Conselheiro (a) Roberto Nunes Barbosa

3º Conselheiro (a) Eziquiel Lourenço da Silva

Suplente (a) Jacqueline da Silva e Silva



GABINETE DA VEREADORA THAYSA LIPPY



Paz, CEP 69.049-090, e assim procedeu-se a votação da mudança do novo endereço que por todos presentes concordaram sem qualquer emenda. e). Procedeu-se então a votação da nova Diretoria e do conselho fiscal, para o período de gestão de **05 (cinco) anos, de 2022 a 2027**, pois os que haviam anteriormente abandonado seus cargos, em consonância com o mandato determinado no novo Estatuto, que após a votação chegou-se ao seguinte resultado.

Presidente: Ana Paula Pereira da Fonseca, brasileira, casada, assistente social, portadora do CPF 792.000.012-20 e RG 1877561-6 – SSP/AM, natural de Tefé/AM, e-mail: instarimateia@gmail.com, residente na Rua Dom José Moraes Torres, nº59, Bairro: Flores, CEP 69.028-113, Manaus/Amazonas; **Vice-Presidente:** José Arimatéia Raimundo de Lima, brasileiro, casado, pastor, portador do CPF 239.317.522-91 e RG 71101-2 SSP/AM, natural de Manaus/AM, e-mail: instarimateia@gmail.com, residente na Rua Dom José Moraes Torres, nº59, Bairro: Flores, CEP 69.028-113, Manaus/Amazonas; **Secretária:** Aldenizia Ruiz de Azevedo, brasileira, casada, operadora comercial, portadora do CPF 983.440.642-87 e RG 2253437-7 natural de Benjamin Constant/AM, e-mail: instarimateia@gmail.com, domiciliada e residente na, Rua 31 nº44, União da Vitória, Bairro: Tarumã Açú, CEP 69.000-000, Manaus/Amazonas; **Tesoureira:** Elena Raimunda Nunes Barbosa, brasileira, divorciada, agricultora, portadora do CPF 736.029.062-72 e RG 1640529-3 – Tefé/AM, e-mail: instarimateia@gmail.com, residente na Rua Arthur de Souza, Nº60, Bairro: Novo Israel, CEP 69.039-210, Manaus/Amazonas. **CONSELHO FISCAL:** **1º Conselheiro:** Carlos André Moreno dos Santos, brasileiro, casado, agente de portaria, portador do CPF 758.173.732-20 e RG 1581993-0 - Atalaia do Norte/AM, e-mail: instarimateia@gmail.com, residente na Rua 31 nº44, União da Vitória, Bairro: Tarumã Açú, CEP 69.000-000, Manaus/Amazonas; **2º Conselheiro:** Gabriel Nunes Barbosa, brasileiro, solteiro, Agente Administrativo, portador do CPF 823.445.402-10 e RG 2375598-9 Atalaia do Norte/AM, e-mail: instarimateia@gmail.com, residente na Rua Arthur de Souza, Nº60, Bairro: Novo Israel, CEP 69.039-210, Manaus/Amazonas; **3º Conselheira:** Ezequiel Fonseca da Silva, brasileiro, casado, AGP, portadora do CPF 038.128.272-47 e 3012217-1 SSP/AM, e-mail: instarimateia@gmail.com, residente na Rua 02, nº99, União da Vitória - Bairro: Tarumã Açú, CEP 69.037-000, Manaus/Amazonas e **Suplente:** Jaqueline da Silva e Silva, brasileira, solteira, assistente Administrativo, portadora do CPF de nº 706.306.412-69, RG de nº 3567923-9 SSP/AM, natural de Manaus/AM, e-mail: jarlima@bol.com.br, residente e domiciliada na Rua Renila, S/Nº, CEP 69.023-160, Bairro: Tarumã-Açu, Manaus/Amazonas. O Presidente após apurados os eleitos deu-lhes imediata posse de suas funções e atribuições que se iniciarão nesta data e compreenderão o mandato de 05 (cinco) anos, conforme estabelecido no Estatuto. Após o término de todos os trabalhos, a presidente eleita deixou livre a palavra a quem dela quisesse fazer uso. Não havendo mais manifestações, foi

GABINETE DA VEREADORA THAYSA LIPPY



Ata da Assembleia Geral da Reforma do Estatuto, Alteração da Denominação, Eleição e posse da nova Diretoria e do Conselho Fiscal da **Igreja Evangélica Jesus é o Caminho**.

Ao décimo primeiro dia do mês de outubro de 2022, às 17h, na Rua das Margaridas, nº31, Bairro: Jorge Teixeira I, CEP 69.088-001, Manaus – Amazonas, reuniram-se em Assembleia Geral os senhores membros da **Igreja Evangélica Jesus é o Caminho**. Assumiu a presidência dos trabalhos, o José Emilio Bentes de Souza (Presidente da Igreja Evangélica Jesus é o Caminho), em razão do abandono e da vacância do cargo de secretária, o Presidente convidou a senhora Aldenizia Ruiz de Azevedo, brasileira, casada, operadora comercial, portadora do CPF 983.440.642-87 e RG 2253437-7, natural de Benjamin Constant/AM, domiciliada e residente na Rua 31 nº44, União da Vitória, Bairro: Tarumã Açú, CEP 69.000-000, Manaus/Amazonas, para secretariar a sessão, a qual aceitou. A pedido da presidência, li a ordem do dia para a qual foi convocada esta Assembleia e que tem o seguinte teor: **a) Situação da organização religiosa; b) aprovação da mudança da natureza jurídica de organização religiosa para associação; c) aprovação da nova denominação e do Novo Estatuto; d) aprovação da mudança de endereço; e) Exclusão do quadro social da Igreja, admissão de novos associados no quadro social e Eleição e posse da nova Diretoria e Conselho Fiscal.** a). Dando início aos trabalhos, o Presidente relatou a dificuldade financeira da instituição religiosa durante esses dois anos, e a continuação dos trabalhos religiosos, ensejando assim a omissão das declarações com o fisco, e a manutenção das atividades. b). O Presidente lançou a proposta de alteração de natureza Jurídica em Razão das problemáticas existentes, a qual todos unânimes concordaram de alterar de Organização Religiosa para Associação sem Fins Lucrativos. Havendo **breve discussão, foi votado e aprovado a admissão dos novos associados e exclusão do quadro social todos os que faziam parte da organização religiosa, cujos os membros presentes a assembleia unânimes concordaram.** c). A seguir procedeu-se então a votação e discursão da reforma do Estatuto e da Denominação, devido sua nova Natureza Jurídica, com a **nova Diretoria e Conselho Fiscal** para o período de **05 (cinco) anos**, então procedeu-se a votação do novo Estatuto e de suas reformas que por todos presentes concordaram unânimes sem qualquer emenda a ser feita, ficando igualmente aprovada a mudança da denominação da Igreja Evangélica Jesus o Caminho -IEJC, para o **Instituto José de Arimatéia – INJOARI**. d). O Presidente afirmou também a necessidade da mudança do endereço, visando uma logística melhor da Entidade, que era na Rua das Margaridas, nº31, Bairro: Jorge Teixeira I, CEP 69.088-001, e hora transfere para seguinte localização na Rua Comandante Nathanael Albuquerque, nº277, Conjunto Santos Dumont, Bairro: Da

GABINETE DA VEREADORA THAYSA LIPPY

Página 2 de 2

 <p align="center">REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</p> <p align="center">CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</p>				
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 35.911.777/0001-92 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 24/05/2019
NOME EMPRESARIAL INSTITUTO JOSE DE ARIMATEIA - INJOARI				
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 86.90-9-99 - Outras atividades de atenção à saúde humana não especificadas anteriormente 87.11-5-03 - Atividades de assistência a deficientes físicos, imunodeprimidos e convalescentes 87.12-3-00 - Atividades de fornecimento de infra-estrutura de apoio e assistência a paciente no domicílio 88.00-6-00 - Serviços de assistência social sem alojamento 90.03-5-00 - Gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas 94.12-0-99 - Outras atividades associativas profissionais 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente				
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada				
LOGRADOURO R COMANDANTE NATHANAEL ALBUQUERQUE		NÚMERO 277	COMPLEMENTO CONJUNTO SANTOS DUMO	
CEP 69.049-090	BAIRRO/DISTRITO DA PAZ	MUNICÍPIO MANAUS	UF AM	
ENDEREÇO ELETRÔNICO INSTARIMATEIA@GMAIL.COM		TELEFONE (92) 9311-1030		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****				
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA			DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 24/05/2019	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL				
SITUAÇÃO ESPECIAL *****			DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 27/12/2022 às 10:31:24 (data e hora de Brasília).

Página: 2/2

GABINETE DA VEREADORA THAYSA LIPPY

Página 1 de 1



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: INSTITUTO JOSE DE ARIMATEIA - INJOARI (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 35.911.777/0001-92
Certidão nº: 34895624/2023
Expedição: 14/07/2023, às 15:39:16
Validade: 10/01/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **INSTITUTO JOSE DE ARIMATEIA - INJOARI (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **35.911.777/0001-92**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Dúvidas e sugestões: cnadt@tst.jus.br

[illegible]



CÂMARA MUNICIPAL DE
Manaus



GABINETE DA VEREADORA THAYSA LIPPY



Governo do Estado do Amazonas
Secretaria de Estado da Fazenda
Secretaria Executiva da Receita
Departamento de Arrecadação

Certidão Nº: 52483965
Data: 20/07/2023
Hora: 09:18:16
Válida até: 19/08/2023

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

CNPJ: 35.911.777/0001-92 - INSTITUTO JOSE DE ARIMATEIA - INJOARI

* As incorreções porventura existentes, referentes ao nome, CPF ou CNPJ são de inteira responsabilidade do requerente.

Resguardando o direito da Fazenda Estadual de cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico que de acordo com as buscas procedidas nos livros e registros existentes na Dívida Ativa do Estado do Amazonas, correspondentes aos últimos 05 (cinco) anos, não consta qualquer débito inscrito em nome do interessado acima identificado, até a presente data. Esta CERTIDÃO é a única emitida pela Secretaria de Fazenda, inclui todos os débitos inscritos ou não na Dívida Ativa do Estado.

Para efeito de validação desta certidão, consultar: <http://www.ssfaz.am.gov.br>

Rua Padre Agostinho Caballero Martin, 850 – São Raimundo
Manaus – AM / CEP: 69027-020
Tel.: 3303-xxxx
www.cmm.am.gov.br



CÂMARA MUNICIPAL DE
Manaus



GABINETE DA VEREADORA THAYSA LIPPY



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: INSTITUTO JOSE DE ARIMATEIA - INJOARI
CNPJ: 35.911.777/0001-92

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 15:28:53 do dia 14/07/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 10/01/2024.

Código de controle da certidão: **9F03.A085.1A98.B744**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





CÂMARA MUNICIPAL DE
Manaus



GABINETE DA VEREADORA THAYSA LIPPY

14/07/2023

0006954966



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO AMAZONAS

Comarca de Manaus

CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO
FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO

CERTIDÃO Nº: 006954966

FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

Pesquisando os registros de distribuição de feitos no sistema informatizado do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, no período de 20 anos anteriores a data de 13/07/2023, Certifico NADA CONSTAR em nome de:

INSTITUTO JOSE DE ARIMATEIA -INJOARI, vinculado ao CNPJ: 35.911.777/0001-92. **

Certidão expedida gratuitamente pela internet, com validade de 30 dias.

Manaus, sexta-feira, 14 de julho de 2023.

PEDIDO N°: 0006954966

GABINETE DA VEREADORA THAYSA LIPPY

Voltar

Imprimir



**Certificado de Regularidade do
FGTS - CRF**

Inscrição: 35.911.777/0001-92
Razão Social: INSTITUTO JOSE DE ARIMATEIA INJOARI
Endereço: RUA COMANDANTE NATANAEL ALBUQUERQUE 277 / DA PAZ / MANAUS / AM / 69049-090

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 26/06/2023 a 25/07/2023

Certificação Número: 2023062607184881204282

Informação obtida em 14/07/2023 15:37:16

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**



CÂMARA MUNICIPAL DE
Manaus



GABINETE DA VEREADORA THAYSA LIPPY



INSTITUTO JOSÉ DE ARIMATEIA – INJOARI
CNPJ/MF: 35.911.777/0001-92

DECLARAÇÃO CONTÁBIL
RECEITAS E DESPESAS

INSTITUTO JOSÉ DE ARIMATEIA – INJOARI, inscrito no cadastro da Receita Federal, com CNPJ/MF sob nº 35.911.777/0001-92, com endereço sede na Rua Comandante Nathanael Albuquerque nº 277, Conjunto Santos Dumont, bairro da Paz, CEP: 69.049-000, em Manaus-Am. Vem **DECLARAR** para os devidos fins. Que o referido instituto estar deixando de apresentar o **DEMONSTRATIVO CONTÁBIL DE RECEITAS E DESPESAS**, pelo fato de não ter tido movimento nesse período.

Manaus-AM 05 de Outubro de 2023.



ANA PAULA PEREIRA DA FONSECA

Presidente

99107-3742

**Endereço: Rua Comandante Nathanael Albuquerque nº 277 – Conjunto Santos
Dumont – Bairro da Paz – CEP: 69.049-090 – Manaus-AM.**
Contatos: (092) 99311-1039 – 99107-3741
email: institutojosedearimateia7@gmail.com

GABINETE DA VEREADORA THAYSA LIPPY



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA FEDERAL

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 135669612023

A **Polícia Federal CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** decisão judicial condenatória com trânsito em julgado* em nome de **ALDENIZIA RUIZ DE AZEVEDO**, nacionalidade BRASILEIRA, filho(a) de MARIA JOSE RUIZ DE AZEVEDO, nascido(a) aos 20/12/1984, natural de BENJAMIN CONSTANT/AM, documento de identificação 2253437-7 JFM/AM, CPF 983.440.642-87.

Observações:

- 1) *Certidão expedida nos termos do Art. 20, Parágrafo Único do Código de Processo Penal. "Nos atestados de antecedentes que lhe forem solicitados, a autoridade policial não poderá mencionar quaisquer anotações referentes à instauração de inquérito contra os requerentes";
- 2) Certidão expedida gratuitamente por meio da Internet em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/PF;
- 3) **Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;**
- 4) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página da Polícia Federal, no endereço (<http://www.pf.gov.br>)
- 5) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 14:22 de 29/09/2023



135669612023



CÂMARA MUNICIPAL DE
Manaus



GABINETE DA VEREADORA THAYSA LIPPY



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA FEDERAL**

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS
Nº 135731182023

A Polícia Federal CERTIFICA, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** decisão judicial condenatória com trânsito em julgado* em nome de **ANA PAULA PEREIRA DA FONSECA**, nacionalidade **BRASILEIRA**, filho(a) de **NILTON NUNES DA FONSECA** e **RAIMUNDA ROBERTA PEREIRA**, nascido(a) aos 01/01/1984, documento de identificação 18775616 SSP/AM, CPF 792.000.012-20.

Observações:

- 1) *Certidão expedida nos termos do Art. 20, Parágrafo Único do Código de Processo Penal. "Nos atestados de antecedentes que lhe forem solicitados, a autoridade policial não poderá mencionar quaisquer anotações referentes à instauração de inquérito contra os requerentes";
- 2) Certidão expedida gratuitamente por meio da Internet em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/PF;
- 3) **Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;**
- 4) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página da Polícia Federal, no endereço (<http://www.pf.gov.br>)
- 5) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 16:22 de 29/09/2023



135731182023

GABINETE DA VEREADORA THAYSA LIPPY



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA FEDERAL

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 135676242023

A **Polícia Federal CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** decisão judicial condenatória com trânsito em julgado* em nome de **CARLOS ANDRE MORENO DOS SANTOS**, nacionalidade BRASILEIRO, filho(a) de COSME MAIA DOS SANTOS e JOSELINA MORENO DOS SANTOS, nascido(a) aos 10/09/1980, natural de ATALIA DO NORTE/AM, documento de identificação 1581993-0 IIACM/AM, CPF 758.173.732-20.

Observações:

- 1) *Certidão expedida nos termos do Art. 20, Parágrafo Único do Código de Processo Penal. "Nos atestados de antecedentes que lhe forem solicitados, a autoridade policial não poderá mencionar quaisquer anotações referentes à instauração de inquérito contra os requerentes";
- 2) Certidão expedida gratuitamente por meio da Internet em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/PF;
- 3) **Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;**
- 4) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página da Polícia Federal, no endereço (<http://www.pf.gov.br>)
- 5) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 14:36 de 29/09/2023



GABINETE DA VEREADORA THAYSA LIPPY



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA FEDERAL

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS
Nº 135735412023

A **Polícia Federal CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** decisão judicial condenatória com trânsito em julgado* em nome de **ELENA RAIMUNDA NUNES BARBOSA**, nacionalidade BRASILEIRA, filho(a) de NILTON NUNES DA FONSECA e RAIMUNDA ROBERTA PEREIRA, nascido(a) aos 13/09/1981, natural de TEFE, CPF 736.029.062-72.

Observações:

- 1) *Certidão expedida nos termos do Art. 20, Parágrafo Único do Código de Processo Penal. "Nos atestados de antecedentes que lhe forem solicitados, a autoridade policial não poderá mencionar quaisquer anotações referentes à instauração de inquérito contra os requerentes";
- 2) Certidão expedida gratuitamente por meio da Internet em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/PF;
- 3) **Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;**
- 4) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página da Polícia Federal, no endereço (<http://www.pf.gov.br>)
- 5) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 16:30 de 29/09/2023



GABINETE DA VEREADORA THAYSA LIPPY



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA FEDERAL

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 135745522023

A **Polícia Federal CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** decisão judicial condenatória com trânsito em julgado* em nome de **EZEQUIEL FONSECA DA SILVA**, nacionalidade **BRASILEIRO**, filho(a) de **JOSE FERREIRA DA SILVA** e **EULINA NUNES DA FONSECA**, nascido(a) aos 18/07/1999, natural de **TEFE/AM**, documento de identificação 3012217-1 IIACM/AM, CPF 038.128.272-47.

Observações:

- 1) *Certidão expedida nos termos do Art. 20, Parágrafo Único do Código de Processo Penal. "Nos atestados de antecedentes que lhe forem solicitados, a autoridade policial não poderá mencionar quaisquer anotações referentes à instauração de inquérito contra os requerentes";
- 2) Certidão expedida gratuitamente por meio da Internet em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/PF;
- 3) **Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;**
- 4) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página da Polícia Federal, no endereço (<http://www.pf.gov.br>)
- 5) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 16:45 de 29/09/2023



GABINETE DA VEREADORA THAYSA LIPPY



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA FEDERAL

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 135726112023

A **Polícia Federal CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** decisão judicial condenatória com trânsito em julgado* em nome de **GABRIEL NUNES BARBOSA**, nacionalidade **BRASILEIRO**, filho(a) de **ADALBERTO PAZ BARBOSA** e **ELENA RAINUNDA NUNES BARBOSA**, nascido(a) aos 12/06/1999, natural de **TEFE**, documento de identificação 23755989 SESP/AM, CPF 823.445.402-10.

Observações:

- 1) *Certidão expedida nos termos do Art. 20, Parágrafo Único do Código de Processo Penal. "Nos atestados de antecedentes que lhe forem solicitados, a autoridade policial não poderá mencionar quaisquer anotações referentes à instauração de inquérito contra os requerentes";
- 2) Certidão expedida gratuitamente por meio da Internet em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/PF;
- 3) **Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;**
- 4) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página da Polícia Federal, no endereço (<http://www.pf.gov.br>)
- 5) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 16:14 de 29/09/2023

